

MANIFESTO EM DEFESA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Editorial do jornal O Sísifo deste mês publica, na íntegra, o posicionamento da Anfope e do Forumdir sobre a Proposta para a Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica, do MEC.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/ Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR vêm a público manifestar seu posicionamento contrário à Proposta para a Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica apresentada à imprensa pelo Ministério da Educação em 13 de dezembro de 2018.

Mais uma vez impera a ausência de postura democrática, expressa nas propostas apresentadas pelo MEC dos últimos dois anos, pois não estabelece qualquer diálogo com as instituições formadoras, em especial com as faculdades de educação das Universidades públicas e com os programas de pós-graduação em educação, desprezando o conhecimento científico produzido no país sobre a formação dos professores e sobre a escola básica brasileira, assim como o faz com as entidades acadêmicas do campo educacional, as entidades representativas dos professores e estudantes. Essa prática, cada vez mais comum, de imposição de propostas curriculares desvinculadas das demandas formativas de estudantes e professores e da realidade concreta da escola pública brasileira desconsidera a pluralidade de ideais e concepções pedagógicas, os avanços do conhecimento no campo educacional e a autonomia universitária corporificada nos seus projetos de formação e não estabelece o necessário diálogo com os principais atores da formação de professores, os professores e estudantes tanto dos cursos de licenciatura, dentre os quais se destaca a pedagogia, quanto da escola básica a que esta formação se destina.

O fato desta proposta não ter sido apresentada e discutida com os professores, entidades, universidades, escolas e sindicatos quando do seu processo de elaboração, expressa seu caráter impositivo e arbitrário que contrasta com a concepção de formação docente que estes grupos vêm defendendo historicamente e que está normatizada na Resolução 02/ 2015 do CNE.

Como o documento da proposta da Base que será encaminhado para o Conselho Nacional de Educação não foi publicizado, isto nos impede de fazer uma análise mais aprofundada, mas os slides já evidenciam o retrocesso que está sendo pensado para a formação de professores, com a fragmentação da formação e a retomada de concepções ultrapassadas, orientadas pela noção de competências e habilidades. Serão danosos os impactos na carreira docente dada a lógica da reforma empresarial que orienta a proposta, como a instituição de avaliações e certificação para o

ingresso e progressão na carreira. Nesse sentido, não nos isentaremos de debater tais proposições, que expressam a intenção de desmonte dos cursos de formação de professores em nível superior e o aprofundamento do processo de desprofissionalização da carreira docente, ao assumir uma visão “praticista” da docência, que tende a padronização curricular e fere a autonomia das universidades, desconsiderando os projetos curriculares dos cursos, os alinhando à Base Nacional Comum Curricular, cujo processo de elaboração, discussão e aprovação também foi marcado pelo autoritarismo e simulação de diálogo. A criação de um instituto nacional de formação de professores para centralizar ações de acreditação de cursos, formulação de políticas avaliação e monitoramento é uma forma de ampliar o controle sobre as instituições ferindo a autonomia universitária e comprometendo a diversidade de projetos de formação.

Reiteremos a defesa pela manutenção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Parecer CNE/CP n. 2, de 9/6/2015, Resolução CNE/CP n. 2, de 1/7/2015) que expressam os anseios do movimento dos educadores, consolidados na base comum nacional da ANFOPE, construção histórica desse movimento. Cabe destacar dentre os princípios da base comum nacional, dois explicitamente desconsiderados na proposta ora apresentada, e cuja ausência compromete sua qualidade: (1) a sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, que não podem ser dissociados do domínio dos conteúdos da educação básica, se ensejamos criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; e (2) a unidade teoria-prática atravessando todo o curso de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional.

Como entidades que historicamente defendem a escola pública, gratuita, estatal, laica, de qualidade socialmente referenciada nas necessidades formativas das crianças, jovens e adultos brasileiros, e, particularmente, comprometidas com a formação de professores e a valorização do magistério, Anfope e Forumdir denunciam mais este retrocesso educacional, que agora propõe o desmonte dos cursos de formação de professores em nível superior e ameaça a carreira do magistério, ao assumir uma visão tarefaira, reduzida e alienada da docência.

14 de dezembro de 2018.

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação e equivalentes das Universidades Públicas (FORUMDIR)

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO VEÍCULO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA SACRIFICIAL BRASILEIRA

Por Camila Grassi Mendes de Faria

O avanço da racionalidade neoliberal no campo da política, da economia e da cultura brasileira encontra nos agentes do setor público, do empresariado nacional e internacional organizados, e em setores conservadores da sociedade civil, veículos importantes para sua disseminação. Os efeitos desta racionalidade têm sido sentidos no plano coletivo através da sociabilidade, do trabalho, do sentimento de insegurança, da ameaça aos direitos garantidos historicamente e pela ampliação de uma moral coletiva adequada à base neoliberal em expansão.

Sua base moral e material encontra no campo da educação um dos focos de sua atuação. A formação humana, construída pelo ensino formal, é colocada na ordem do dia, através da reforma curricular construída entre 2014 e 2018, da qual a BNCC é parte. A reforma compõe o quadro de construção de uma nova cidadania, não mais pertencente à garantia histórica de direitos por meio do Estado de bem-estar social, mas pautada em uma cidadania sacrificial (BROWN, 2016), que toma como base a responsabilização individual dos sujeitos pela garantia de seus direitos fundamentais.

A formação desta dimensão moral influi diretamente sobre a formação dos trabalhadores, com vistas a garantir a adequação destes ao chamado perfil inovador, participativo, polivalente e pró-ativo demandado pelo empresariado no cenário de ampla competitividade e inovação do mercado (FARIA, 2014). Além da adequação dos trabalhadores a níveis cada vez mais ampliados de exploração da força de trabalho, a reforma curricular destacada apresenta-se voltada à construção de perfis “empreendedores”, capazes de construir seu “projeto de vida” individual, garantindo, assim, sua capacidade individual de empregabilidade.

A atual reforma curricular brasileira tem se constituído como um dos veículos de adequação dos trabalhadores à dimensão moral neoliberal. Desta fazem parte: 1) a Reforma do Ensino Médio regulamentada pela lei 13.415/2017; 2) a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2017) e para o Ensino Médio (BNCC, 2018); 3) as Portarias nº 649 de 10 de julho de 2018 e nº 331 de 5 de abril de 2018 que regulamentam o processo de sua implementação da BNCC; 4) a Base Nacional Curricular de Professores (em processo de elaboração); 5) a nova Diretriz Curricular

Nacional para o Ensino Médio, homologada no dia 20 de novembro de 2018 através do Parecer CNE/CEB nº 3/2018.

Esse conjunto de regulamentações tendem a alinhar a Educação Básica e o Ensino Superior à concepção dos grupos que atualmente produzem a política educacional brasileira, e que estão diretamente ligados ao processo de sua implementação. A possibilidade de parcerias público-privadas que se amplia a partir destes marcos regulatórios dirigem-se ao apoio técnico-pedagógico, à elaboração de planos curriculares para as redes de ensino, à compra de materiais didáticos e às parcerias dirigidas à oferta de Educação a Distância (EAD). Neste cenário, a pluralidade epistemológica presente nas propostas pedagógicas das redes de ensino são colocadas sob ameaça frente ao conjunto de políticas que acompanham a BNCC. A regulamentação e a implementação desta reforma curricular contam com a ação de agentes estratégicos situados no Ministério da Educação (MEC), no Conselho Nacional de Educação (CNE), no Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e na União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) (MACEDO, 2014, p. 1538). Por meio deles, as parcerias público-privadas e a atuação formal e informal de entidades de caráter privado nas redes públicas de ensino podem ser muito maiores do que as que vêm ocorrendo antes mesmo da atual reforma.

A BNCC (BRASIL, 2017) é organizada a partir do elenco de competências e habilidades, direcionadas à formação de capacidades que podem ser transferidas de uma área da vida para outra. Configura-se como um modelo neotecnista ao esvaziar o conhecimento e organizá-lo tendo como base a formação de um estudante-trabalhador formado a partir do estímulo de capacidades ativas e práticas, ao mesmo tempo em que secundariza o desenvolvimento intelectual e científico dos estudantes. Há também a diminuição da carga horária presencial no Ensino Médio e a política de indução dos estudantes a adentrarem o mercado formal e informal de trabalho, de modo a certificar tais experiências como integrantes (porém não integradas) do currículo escolar (BRASIL, Lei 13.415/2017).

Os elementos aqui destacados remontam ao aspecto não apenas cognitivo e socioemocional da formação humana prescritos nas competências e habilidades da BNCC. O conjunto de políticas da qual ela é parte carrega uma dimensão moral, que favorece a construção de uma cidadania sacrificial para a futura geração de trabalhadores brasileiros.



A ATITUDE FILOSÓFICA NO COTIDIANO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO

Por Jayme Euclides Picasky da Silveira Filho (Estudante do E.M. – CEP); Maria Luiza Wienen da Silva (Estudante do E.M. – CEP) e Elisane Fank (Profª. Pedagoga – CEP)

Em que medida o jovem, na escola, tem sido concebido a partir de sua autonomia? Que autonomia é essa e como os jovens têm sido percebidos, no cotidiano escolar, através do olhar dos docentes, dos gestores e dos próprios jovens? Seriam estes mais receptores (passivos) ou propositores de uma concepção de educação que possa ir ao encontro de suas próprias expectativas e necessidades?

Estas reflexões parecem estar diluídas no cotidiano, seja por parte dos jovens ou dos docentes. Por vezes, os próprios estudantes se percebem numa condição de letargia, movidos por uma cultura escolar reprodutora que prioriza resultados em detrimento do pensar. Cultura esta que refaz no cotidiano enaltecendo o *habitus*¹, de tal modo que a autonomia do jovem e do estudante deixa de ser refletida, pensada ou mesmo almejada ante a rotina escolar.

De certa forma, a cultura escolar tem sido concebida de forma homogeneizadora, ao passo em que leva ao conformismo, restringe as possibilidades de questionamentos no âmbito da escola: uso de uniformes, de notas, a disposição das carteiras, uma hierarquia que se expressa na metodologia, na relação professor e aluno, e na própria estrutura escolar que acultura e homogeneiza os comportamentos.

Vale refletir se é esta a concepção de jovem e de escola que queremos ou se esta percepção é produto da falta de reflexão sobre e a partir do cotidiano escolar?

Estas reflexões, por sua vez, não estão descoladas do contexto histórico. Na referência que temos, como jovens, acerca dos nossos antepassados, percebemos que, embora a ditadura militar tenha calado as vozes resistentes da juventude na época, não calou a indignação. Entre a contenção e a resignação existe uma clara diferença que se manifesta em função das possibilidades históricas. Cedo ou tarde os estudantes brasileiros conquistaram as ruas exigindo as “Diretas Já” e depois de 20 anos, a possibilidade de pensar e agir, sempre presente nos jovens, trouxe o oxigênio democrático e a liberdade de pensar.

A capacidade de pensar, refletir, questionar, debater e ponderar nunca foi subtraída dos jovens, vale apenas questionar se ela foi relativizada e terceirizada pelos próprios estudantes que abriram mão de sua autonomia e da capacidade reflexiva. Por vezes parece que o conservadorismo reprodutor que sonega a reflexão tem sido

endossado por muitos estudantes indicando um recuo histórico por onde ação tem sido descolada da reflexão.

Seria possível um fazer diferente em sala? Estariam os estudantes abertos a alguma metodologia que vislumbre a autonomia do pensar e que coloque o jovem na condição de protagonista de suas reflexões, ideias, proposições e ações? Estariam os jovens dispostos a esta “atitude filosófica”.

Todo esse processo ocorre quando há a vontade de mudança – quando o jovem questiona a reprodução homogeneizadora na cultura escolar. Cabe refletir então se o próprio jovem pensa sobre isso, questiona este cotidiano ou reproduz?

Parte-se do pressuposto que se os próprios jovens não forem suscitados a este refletir através da atitude filosófica reproduzirão o conformismo.

Como fazer diferente?

Partindo do pressuposto que a atual metodologia de ensino, adotada na maioria das instituições escolares, é do tipo “Bancária” - a qual consiste na deposição do conhecimento por parte do professor em um aluno desprovido de seus próximos pensamentos. Tal sistema, segundo Paulo Freire, só manteria a estratificação das classes sociais, servindo o ensino de mero treinamento para

a construção de uma massa de trabalho – é necessária a realização de mudanças no sistema pedagógico que corroborem para a alteração da perspectiva do aluno no que tange sua independência crítica e reflexiva.

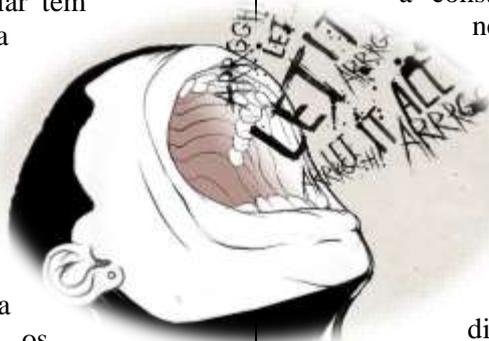
Na contramão desta cultura escolar, definida até agora, as aulas de Filosofia e Sociologia nos permitem um agir e pensar diferente. Uma das diferenças mais significativas é a mudança do método avaliativo. A nota deixa de ser o produto final e passa a ser inerente ao próprio sistema de avaliação quantitativo. A formação da consciência de jovens num e para um coletivo, refletindo a sociedade e seu cotidiano de forma autônoma, de modo que as opiniões saiam do senso comum e assumam um fundamento conceitual é o principal objetivo destas disciplinas que nos fazem refletir e nos colocam como protagonistas de nossa ação e nossos posicionamentos.

Aceitar é reproduzir. Pensar é contestar!

¹ BOURDIEU, P. (2002). A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura (Gouveia, A. J., Trad.). In Nogueira, M. A. & Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação* (pp. 39-64). Petrópolis, RJ: Vozes.

² FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 184 p.

³ Fonte imagem: campaignlive.co.uk



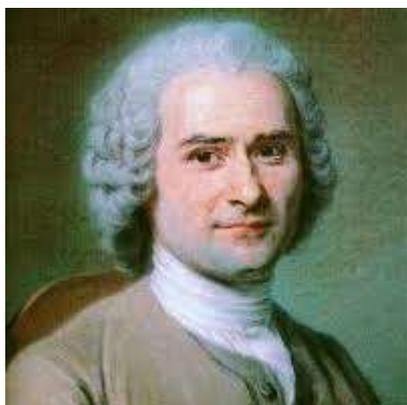
ROUSSEAU: A FORMAÇÃO HUMANA PRECEDENDO À PROFISSIONAL

Por Lucas Feitosa de Oliveira (Estudante de Filosofia – UFPR)

O assunto que irei discorrer aqui, acerca da obra *Emílio ou da Educação*, de J-J Rousseau, é a formação do caráter do indivíduo. A ideia de que a intenção principal do autor nessa obra é formação humana e moral e de que esse objetivo é para ele mais fundamental do que a transmissão de conhecimento científico-cultural. Como demonstra, por exemplo, essa passagem, na qual Rousseau fala sobre Emílio:

De resto, pouco me importa que ele seja bem-sucedido nas línguas mortas, nas belas-lettras e na poesia. Seu valor não será menor se não souber nada disso, e não é dessas brincadeiras que se trata na sua educação.” (ROUSSEAU, 1999, p. 475)

A passagem acima é um convite à consideração do que há, talvez, de mais essencial na educação rousseauiana: a humanização do aprendiz. Não entendemos que essa educação seja apenas a do cidadão e muito menos apenas instrutiva, mas formativa do homem enquanto tal. Não que a instrução seja dispensável, mas para Rousseau se aprende principalmente pela experiência, pela vivência e com gosto, ao invés de aborrecidamente.



O ser humano e sua educação podem ser estudados de um prisma mais abrangente que apenas o da cidadania entendida nas suas relações político-sociais, a saber, o da sua constituição moral, que abarca o panorama de seus deveres com o Ser Supremo, consigo mesmo e com a alteridade.

Considerando as ideias de Sêneca que Rousseau coloca como epígrafe da obra, a saber: “Sofremos de uma doença curável, e, nascidos para o bem, somos ajudados pela natureza em nos querendo corrigir.”

Penso estar evidente, dada a teleologia expressa, uma indicação de como Rousseau entende a natureza do homem, sendo a obra em questão compreendida como a expressão de métodos e procedimentos para trazê-la à tona. Se a instrução, vista como transmissão de conhecimento teórico, fosse o objetivo principal

dessa obra, seu autor não demonstraria tanta aversão aos livros, aos sermões e aos catecismos. Demonstra, ao contrário, uma clara intenção de formar moralmente seu neófito, de prepará-lo para a vida em seu mais amplo sentido, de ensiná-lo a se colocar em condições de ouvir a voz da própria consciência. Por isso o submete à experiência vivencial das circunstâncias que mais influenciariam nesse aspecto, muitas vezes até manipulando-as.

Rousseau no início da obra deixa claro do que se trata a sua educação e qual o seu objetivo com a empreitada:

Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela. Pouco me importa que destinem meu aluno à espada, à igreja ou à barra. Antes da vocação dos pais, a natureza o chama para a vida humana. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar; tudo o que um homem deve ser, ele será capaz de ser, se preciso, tão bem quanto qualquer outro; e, ainda que a fortuna o faça mudar de lugar; ele sempre estará no seu.” (ROUSSEAU, 1999, p. 14)

Nosso autor então demonstra que não prepara Emílio para essa ou aquela função específica da existência, ou seja, não prepara um especialista, um técnico ou um profissional; faz questão de que seu aluno esteja preparado para encarar a vida como ela é: sujeita às mudanças, às transformações e aos acontecimentos imprevisíveis. Poderíamos dizer que ele está educando Emílio para que adquira as virtudes, entre várias outras, da resiliência e da resignação e, não para sedimentar um caráter estático e inapto à superação das dificuldades, onde imperaria com um temperamento melindroso e, por isso, inconveniente, inconformado, movido por um desejo de dobrar o destino ao sabor dos próprios caprichos.